



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
SEÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

PROCESSO Nº 2023.0.000010422-9

ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2023

Data	05/06/2023
Início	11:45
Fim	13:00

1. Participantes

Nome	Unidade
Eline Iris Rabello Garcia da Silva	Diretoria-Geral
	Assessoria Jurídica da Secretaria-Geral da

Ismael Cristovao Moreira Cesar de Moura	ASSESSORIA JURÍDICA DA SECRETARIA-GERAL DA Presidência
Lisia Alves Baganha	Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral
Alexander Moraes Rocha	Secretaria de Administração
Hugo Gonzalez dos Santos	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Renata Motta Geronimi	Secretaria de Gestão de Pessoas
Paula Bass Lessa	Secretaria Judiciária (em substituição)
Rodrigo da Rocha Camargos	Secretaria de Orçamento e Finanças
Michel Marchetti Kovacs	Secretaria de Tecnologia da Informação
Stefano Sales Teixeira	Coordenadoria de Comunicação Social

Convidados

Nome	Unidade
Aline Correia Fernandes	Escola Judiciária Eleitoral
Carlos Eduardo de Queiroz Pereira	Secretaria de Auditoria Interna
Isabelle Mello de Souza	Ouvidoria Eleitoral

Natasha Caete Ferreira	Assessoria Administrativa da DG
Soraya Previtali Morisson	Assessoria Administrativa da DG
Robson Alves de Oliveira Sobrinho	Coordenadoria de Planejamento Estratégico
Juliana Pedrosa Chahon Kelmanson	Assessoria Institucional da Secretaria-Geral da Presidência
Vivian Maria Nogueira Bacelar	OUVE
André Luiz Trindade Rocha	Secretaria Judiciária
Milene Gonçalves Cater	Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral
Vivian de Sá Reis	Coordenadoria de Comunicação Social
Luciana de Andrade Lima Hazin Lamego	Secretaria de Tecnologia da Informação
Anderson Luis Ohland	Secretaria de Administração
Diego Ferreira Guedes	SECRETARIA DE MANUTENÇÃO e SERVIÇOS GERAIS
Patricia Ferraro de Avellar Coutinho	Assessoria de Planejamento de Eleições
Suzana Martins Ramos Pinto	Assessoria de Gerenciamento de Risco e Controle Interno - ASGERI
Tatiana de Freitas Kagohara	Assessoria de Gerenciamento de Risco e Controle Interno - ASGERI
Abelardo Vilela de Assis	Assessoria de Planejamento de Eleições
	Seção de Inteligência de Dados Estratégicos

Claudeci Elias Siqueira de Oliveira	Seção de Inteligência de Dados Estratégicos - SEDEST/CPLAN
Rita de Cassia de Souza Brito	Seção de Desenvolvimento de Processos Estratégicos
Renata Araujo Sodre da Silva	Seção de Desenvolvimento de Iniciativas Estratégicas - SEDINE/CPLAN
Larissa de Matos Biajoli	Seção de Desenvolvimento de Iniciativas Estratégicas - SEDINE/CPLAN
Alyne Costa Rocha Nunes Pinto	Seção de Gestão Estratégica - SEGEST/CPLAN
Letícia Maffei Burgos Feitosa	Seção de Gestão Estratégica - SEGEST/CPLAN

2. Pauta

- I. Desempenho do TRE-RJ nas Metas Nacionais do CNJ no 1º trimestre de 2023;
- II. Desempenho da Estratégia do TRE-RJ no 1º trimestre de 2023;
- III. Desempenho dos Indicadores Estratégicos (IEs) vinculados às áreas e Propostas de Deliberações.

3. Descrição da reunião

A reunião foi aberta pela diretora-geral, Eline Iris Rabello Garcia da Silva, que agradeceu a presença de todas e todos e passou a palavra ao titular da Coordenadoria de Planejamento Estratégico, Robson Alves de Oliveira Sobrinho.

O coordenador informou que os resultados que serão apresentados na reunião são referentes ao 1º trimestre de 2023 e adiantou que o desempenho geral da estratégia foi excelente. O servidor esclareceu que o cálculo da estratégia no 1º trimestre do ano leva em conta IEs com medições anuais e semestrais. Sendo assim, destacou que, no primeiro trimestre do ano, há impacto do desempenho desses indicadores que ainda refletem o resultado do ano de 2022.

A seguir, Robson anunciou que teve início o projeto de desdobramento da estratégia através da metodologia

de OKR^[1]. Pontuou que as seguintes unidades estão participando desse 1º ciclo: Secretarias de Gestão de Pessoas (SGP) e de Auditoria Interna (SAU), Ouvidoria, Coordenadoria de Planejamento Estratégico (CPLAN) e Assessoria de Gestão de Riscos (ASGERI). Enfatizou que nesse projeto piloto a ideia é que a criação de OKRs seja um pouco mais livre, com foco no aprendizado da metodologia para, a partir do 2º ciclo, ter como perspectiva o desdobramento do Plano Estratégico e o alinhamento de todos os planos de trabalho.

A seguir, o coordenador passou a palavra à titular da Seção de Gestão Estratégica, Letícia Maffei, que iniciou a exposição do primeiro tópico da reunião.

1. Desempenho do TRE-RJ nas Metas Nacionais do CNJ (ref.: 1º trimestre de 2023)

Inicialmente, Letícia destacou três observações sobre as metas nacionais processuais (Metas 1, 2 e 4), a saber:

- O CNJ ainda não publicou o Glossário das Metas Nacionais de 2023^[2], que é um documento similar ao Glossários dos Indicadores Estratégicos, que define e estabelece os critérios e as orientações necessárias para aferição do cumprimento das Metas Nacionais. Com isso, os resultados apresentados são calculados com base em uma fórmula que pode ter ainda alguma alteração.
- Os dados que serão apresentados do desempenho do TRE-RJ nas Metas foram extraídos do sistema ATENA, no final do dia 31/05/2023.
- O acompanhamento do cumprimento das Metas Nacionais processuais foi automatizado e, a partir de 2023, será realizado através da Base Nacional de Dados Processuais do Poder Judiciário - Datajud. Até 2022, a VPCRE e SJD enviavam para a CPLAN os dados de todas as variáveis (que faziam parte da composição de cada meta), que eram registrados mensalmente de forma manual no sistema do CNJ.

A titular da SEGEST informou que a **Meta Nacional 1 (Julgar mais processos que os distribuídos)** é muito importante, porque visa prevenir a formação de estoque processual. Letícia destacou que essa meta nacional foi incluída como obrigatória até 2026^[3], conforme informação expressa no texto da Resolução CNJ nº 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026. A servidora informou que, no 1º trimestre de 2023, o TRE-RJ obteve 44,35% de cumprimento da Meta, destacando que o resultado de 5,01% do 2º grau impactou negativamente o desempenho da meta, pois o 1º grau teve índice de 144,53%. Letícia destacou que, considerando os dados até maio, o resultado global da meta 1 já estava em torno de 70%.

Quanto à **Meta Nacional 2 (Julgar processos mais antigos)** cujo objetivo é julgar, este ano, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2021, Letícia destacou que o percentual da meta diminuiu em relação ao anterior, que era de 80%. A servidora informou que o TRE-RJ obteve 109,48% de cumprimento da meta no 1º trimestre de 2023, destacando que o 1º grau alcançou 111,35%; e, o 2º grau, 73,08%.

No que se refere à **Meta Nacional 4**^[4], o objetivo é julgar, até 31/12/2023, 80% dos processos referentes às eleições de 2020 e 40% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2022, que

possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade. Antes de apresentar o resultado, Letícia alertou que a meta 4 está com erro de processamento no sistema Atena para todos os Regionais. Quanto aos processos referentes às eleições de 2020, a servidora informou que o TRE-RJ obteve 26,9% de alcance da meta. Já com relação às eleições de 2022, o Tribunal alcançou 33,3%. A diretora-geral, Eline, solicitou que, quando o erro do sistema for corrigido, as informações sobre os dados da meta 4 sejam atualizadas^[5].

Dando sequência à apresentação dos resultados alcançados pelo TRE-RJ no 1º trimestre de 2023 nas metas nacionais aplicáveis à Justiça Eleitoral, Letícia informou que a **Meta Nacional 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário** e envolve o Laboratório de Inovação do TRE-RJ. Conforme o Glossário da Meta 9 divulgado pelo CNJ, a servidora apresentou a composição de cálculo da meta:

- 30% da meta: Cadastrar o projeto que reflita a principiologia da gestão da inovação na plataforma RenovaJud, até o dia 31/05/2023.
- 50% da meta: Executar o projeto até o final do ano.
- 20% da meta: Identificar os benefícios do projeto até o final do ano.

Tendo em vista que foi feito o cadastramento do projeto do TRE-RJ dentro do prazo até o dia 31/05/2023, Letícia informou que o Tribunal alcançou 30% da meta 9.

Robson ressaltou que em 2023 o laboratório de inovação do TRE-RJ vai desenvolver dois projetos: um relacionado à meta 9; e, outro, ao Prêmio CNJ de Qualidade. Informou que o primeiro está ligado ao desenvolvimento de vídeos e *cards* que explicam para o eleitor quais são as etapas e tempo de duração de cada uma, desde o momento de solicitação até a entrega do título eleitoral. O servidor pontuou que atualmente é comum que o eleitor solicite vários títulos net e/ou recorra a Ouvidoria, por não receber informações sobre o andamento do seu requerimento, caso não tenha anotado o número. O outro projeto, que consiste em reescrever a página da Ouvidoria utilizando o conceito de linguagem simples, está sendo realizado em parceria com a OUVÉ e também é voltado para o público externo. Assim, a ideia é que a página tenha uma linguagem objetiva e inclusiva para que o eleitor entenda de forma clara qual é o papel da Ouvidoria, que tipos de serviços estão disponíveis e que tipos de informações podem ser registradas.

II. Desempenho da Estratégia do TRE-RJ no 1º trimestre de 2023

A titular da SEGEST, Letícia Maffei, informou que o desempenho geral da estratégia (IDJERJ) alcançou 82,10% no 1º trimestre de 2023. A servidora ressaltou que, considerando todos os resultados do atual Plano Estratégico e do anterior (2016-2021), foi o segundo melhor índice do IDJERJ, ficando atrás apenas do desempenho do 1º trimestre de 2021, que alcançou 82,20%. Enfatizou que esse índice pode ser traduzido da seguinte forma: foi executado em torno de 80% do que foi planejado na Estratégia do TRE-RJ.

Dos 51 indicadores estratégicos ativos, Letícia pontuou que 39 apresentaram desempenho na faixa de status “ótimo”, 5 estão classificados como satisfatórios; e, apenas 1, como insatisfatório. Destacou que há ainda 6 indicadores estratégicos não medidos, que contabilizam como se estivessem zerados, impactando de forma negativa o cálculo do desempenho geral da estratégia. A servidora informou que houve avanço em relação ao trimestre anterior, pois o **IE 07 - Taxa de Zonas Eleitorais com padrão mínimo de eficiência** foi medido pela primeira vez, saindo da categoria de indicadores não medidos. Ressaltou que a criação da

ferramenta “Ranking de Eficiência” viabilizou a medição do **IE 07**, acrescentando ainda a estruturação do Prêmio de Eficiência das Zonas Eleitorais. A representante da VPCRE, Lisia, destacou o apoio da TI na elaboração da ferramenta de extração dos dados do indicador. O secretário da STI, Michel, informou que outros Tribunais manifestaram interesse na ferramenta “Ranking de Eficiência”.

Desempenho dos Objetivos Estratégicos – 1º trimestre de 2023		
OE 01 - Garantir os direitos da cidadania	100,00%	
OE 06 - Promover a educação eleitoral e a participação cidadã	100,00%	
OE 07 – Aprimorar a gestão da comunicação e do relacionamento institucional	100,00%	
OE 02 – Fortalecer a relação institucional com a sociedade	98,79%	
OE 12 – Promover a transformação digital	97,66%	
OE 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura	97,34%	
OE 11 – Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	96,89%	
OE 03 – Aprimorar a gestão do processo eleitoral	90,44%	
OE 08 - Aprimorar a gestão administrativa e a governança institucional	80,86%	
OE 10 – Aprimorar a gestão de pessoas na era da transformação	80,00%	

OE 04 – Garantir agilidade e efetividade na prestação jurisdicional	78,23%	
OE 09 – Promover a gestão de informações de forma padronizada, segura e transparente	47,12%	
OE 05 – Combater os ilícitos eleitorais	Sem medição	IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau

Com relação aos OEs, Letícia Maffei ressaltou que há um número expressivo de objetivos com desempenho acima de 90%. Quanto aos objetivos que apresentaram desempenho crítico, a servidora teceu as seguintes considerações:

- o **OE 05** continua sem medição, porque os dois únicos indicadores estratégicos vinculados ao objetivo, **IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau** e **IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau**, não foram mensurados no 1º trimestre de 2023.
- o **OE 09** é composto por 4 indicadores estratégicos. Tendo em vista que 2 IEs ficaram com desempenho de quase 100% e 2 ficaram sem medição^[6], o objetivo apresentou desempenho em torno de 50%.

III. Desempenho dos Indicadores Estratégicos (IEs) vinculados às áreas e Propostas de Deliberações

Letícia anunciou que, na terceira e última parte da reunião, será apresentado o quadro do desempenho dos indicadores estratégicos vinculados a cada macrounidade^[7] e as respectivas propostas de deliberações para avaliação do CGE. A servidora esclareceu que a exposição da apresentação reúne os indicadores por macrounidade; e, não por objetivo, de forma a facilitar a análise dos resultados, de maneira semelhante à sistemática da RAC.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SGP

Nome	Respon- sável	Resul- tado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desem- penho
IE 40 - Índice de satisfação com o clima organizacional	CSINT		68,00%		Não realizado
IE 41 - Taxa de realização de Exames Periódicos de Saúde (EPS)	SEATES	12,24%	10,00%	122,36%	Ótimo
IE 42 - Taxa de aderência ao PAC	CDESC	3,77%	2,00%	188,5%	Ótimo
IE 43 - Taxa de unidades avaliadas por competência	CDESC	18,01%	18,00%	101,00%	Ótimo
IE 44 - Taxa de servidores capacitados	CDESC	58,23%	40,00%	145,57%	Ótimo

A Secretária de Gestão de Pessoas, Renata Motta Geronimi, comentou sobre o **IE 40**, que não teve o desempenho medido. Inicialmente, cumpre esclarecer que o indicador possui previsão de realização da pesquisa no final de cada exercício e medição no início do ano subsequente^[8]. A servidora pontuou que, com relação ao período de medição, a proposta é que a pesquisa não seja aplicada imediatamente após as eleições, mas também não muito distante desse período, a fim de que seja possível avaliar o impacto de um evento como esse no clima organizacional. Com isso, a proposta é que a pesquisa seja realizada no primeiro trimestre e a medição do indicador ocorra no segundo trimestre.

Diante do exposto, recomenda-se que a alteração do período de medição do **IE 40** do primeiro trimestre para o segundo trimestre de cada exercício. O CGE aprovou a deliberação.

Deliberação aprovada pelo CGE

1. Alterar o período de medição do IE 40 – Índice de Satisfação com o Clima Organizacional, do primeiro trimestre para o segundo trimestre de cada exercício.

Justificativa: A realização das pesquisas do clima organizacional no primeiro trimestre de cada ano, com sua medição no segundo trimestre, apresenta as seguintes vantagens:

- benefícios significativos para a tomada de decisões institucionais, possibilitando, especialmente, a comparação do período pós-eleitoral com o mesmo período em anos não eleitorais, com o objetivo de compreender o impacto das Eleições fluminenses nos servidores do TRE-RJ e no clima organizacional.
- evitar que a influência dos pleitos eleitorais tenha efeito excessivo nos resultados das pesquisas, uma vez que eventos como a eleição podem ter grande influência na percepção do clima, trazendo ao resultado viés decorrente da realização da eleição.

Obs.: A solicitação está documentada no Processo SEI nº 2023.0.000021497-0.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SAD					
Nome	Respon-sável	Resul-tado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desem-penho
IE 33 - Índice de gestão e governança das contratações	SAD	53,20%	65,00%	81,85%	Ótimo
IE 34 - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual (PCA)	SAD	35,95%	62,5%	57,52%	Ótimo
IE 35 - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD	SECGIN		50,00%		Não realizado
IE 36 - Taxa de assentamentos funcionais de servidores ativos e inativos digitalizados	SEPREX	70,77%	80,00%	88,46%	Ótimo

IE 37 - Índice de aprimoramento do processo administrativo eletrônico	SEGDOC	67,38%	65,00%	103,66%	Ótimo
--	--------	--------	--------	---------	--------------

Letícia apresentou a proposta de deliberação formulada SAD para que o **IE 34 - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual** passe a ser ponderado pelo grau de prioridade, em substituição ao nível de complexidade da contratação. O assistente de planejamento da SAD, Anderson Ohland, explicou que, com a inovação do Plano de Contratações Anual (PCA) de 2023, que passou a incluir uma aba da grau de prioridade das contratações, percebeu-se que seria mais estratégico acompanhar o indicador das contratações pelo grau de prioridade. O CGE aprovou a deliberação.

A chefe da SEDEST, Claudeci, destacou que o fato de as próprias unidades, como a SGP e SAD, perceberem a necessidade de ajustes de indicadores sob sua responsabilidade evidencia que o Tribunal está atingindo um grau maior de maturidade estratégica.

Deliberação aprovada pelo CGE

2. Aprovar a alteração do IE 34 - Taxa de aderência das contratações ao Plano de Contratações Anual, para que o indicador passe a ser ponderado pelo grau de prioridade, em substituição ao nível de complexidade da contratação.

Justificativa: A inovação trazida no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2023 no que se refere à introdução de um novo atributo às contratações, qual seja, o grau de prioridade da contratação.

Benefício: Permitirá monitorar de forma mais detalhada as contratações prioritárias do Tribunal, independente da sua complexidade.

Obs.: A solicitação está documentada no Processo SEI nº 2023.0.000010945-0.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À COSOC

Nome	Respon- sável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho

IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa	SECJOR	98,45%	95,00%	103,63%	Ótimo
IE 22 - Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal	COSOC	9.110,00%	90,00%	10.122,22%	Ótimo
IE 23 - Taxa de resposta à imprensa no prazo	SECJOR	81,44%	80,00%	101,8%	Ótimo
IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais	SECAMP	0,84%	0,30%	280,33%	Ótimo
IE 25 - Taxa de alcance das notícias institucionais internas	SECJOR	11,72%	1,50%	781,19%	Ótimo

Letícia Maffei iniciou a apresentação dos resultados dos indicadores estratégicos vinculados à COSOC, destacando que todos apresentaram desempenho classificado como ótimo. Claudéci Elias, titular da SEDEST, teceu esclarecimentos a respeito do alto valor do desempenho do **IE 22 - Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal**, de mais de 10.000%, ocorrido devido a uma mudança no indicador que precisaria ser revista, mas confirmou que o resultado está correto.

Em seguida, Letícia apresentou a proposta de deliberação referente ao **IE 22**. A servidora ressaltou que, apesar de apresentar desempenho ótimo, a unidade responsável se debruçou sobre o indicador e, após um período de análise, sugeriu a exclusão do **IE 22** do Plano Estratégico.

A assistente da COSOC, Vivian Reis, esclareceu como o **IE 22** é medido: a COSOC seleciona um tema^[9], monta um plano de ação e pontua as ações executadas do plano. A seguir teceu diversas considerações (elencadas abaixo) sobre a análise desse indicador:

- A unidade verificou que acabava fazendo mais ações do que estavam previstas no plano de ação e que, portanto, não eram contempladas no indicador.
- Embora o plano de ação contemplasse metas ousadas, que, com esforço, eram colocadas em prática, ficavam “presos” a um único tema escolhido.
- Em um ano não eleitoral seria muito mais desafiador escolher um tema e, por ser uma repercussão positiva, necessariamente teria que envolver o público externo, com isso, não poderiam escolher uma pauta só interna.
- O indicador não conseguia abarcar tudo, pois o esforço de repercussão positiva não

refere-se apenas à imprensa, mas também à mídia social, além de outros fatores que a medição não conseguiria absorver.

- Apesar de ter uma excelente performance, parte do que era medido no escopo do **IE 22**, já era atendido no bojo de outro indicador da unidade, o **IE 21 - Taxa de inserções positivas na imprensa**, que acaba medindo também a repercussão positiva de pautas e campanhas.

Assim, após elencar todas essas falhas do indicador, Vivian informou que a COSOC concluiu que o **IE 22** não fazia mais sentido e que se abasteceriam com as informações referentes à medição do **IE 21**. A servidora enfatizou que o **IE 21** ainda monitora a imagem do tribunal.

O secretário da SAD, Alexander Moraes Rocha, questionou se, com a exclusão do **IE 22**, o Tribunal não estaria perdendo uma fonte de informação, pois a impressão pra quem não é da área é de que o indicador maior seria o **IE 21** e que o **IE 22** mediria também outros meios que não fosse a imprensa. Questionou também se haveria outra medição que iria substituir as informações do indicador a ser excluído.

Com relação ao **IE 21**, que mede a taxa de inserções positivas na imprensa, Vivian Reis esclareceu que atualmente há uma empresa contratada que faz o monitoramento através de ferramentas que a unidade não conseguiria fazer. Ressaltou que a COSOC já fez *clipping*, mas não teria condições de medir rádio, tv e outros meios de comunicação. Acrescentou que o tribunal não tem essa contratação para rede social e, com isso, o **IE 22** fica totalmente prejudicado, sendo esse outro motivo para a exclusão, pois o indicador abarca também as redes sociais. Ponderou que, ainda que o Tribunal tivesse a contratação incluindo as redes sociais, não conseguiria abarcar toda a questão do **IE 22**, pois o indicador não envolve apenas a rede social, mas também o trabalho de fazer contato, “cavar” pautas e enxergar oportunidades. Explicou que nenhuma empresa presta esse tipo de serviço, e, assim, não teria como medir essas ações.

Claudeci, chefe da SEDEST, complementou que o **IE 22** é muito mais um indicador de medição de esforço, pois era feito um plano de ação e era avaliado o que tinha sido feito, isto é, mede o fato de conseguir emplacar uma determinada pauta. Já no caso do **IE 21**, destacou que se trata de um indicador de resultado, pois mede o que “sai” na mídia sobre o TRE-RJ, ou seja, indiretamente depende do Tribunal, mas é avaliado a resposta do nosso trabalho.

Alexander explicou que o questionamento dele era se haveria um outro indicador que abarcasse a parte das redes sociais e Vivian esclareceu que há um indicador específico para isso, o **IE 24 - Taxa de alcance das mídias sociais**. Sendo assim, Alexander concluiu que os dados referentes ao **IE 21** e ao **IE 24** já abarcariam as questões do **IE 22**. O coordenador da COSOC, Stefano Sales, explicou que seria parcialmente isso, pois o **IE 22** é puramente temático. Stefano esclareceu que o **IE 22** mede o alcance de mídias on-line e off-line e mídia social exclusivamente sobre a temática que foi selecionada pela COSOC para ser trabalhada naquele

determinado semestre. O titular do COSOC acrescentou que, como o **IE 22** não é um indicador amplo, a escolha da temática seria um dificultador, pois seria estratégica somente dentro do âmbito da comunicação naquele período específico.

Após ampla discussão, o CGE aprovou a exclusão do **IE 22 - Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal.**

Letícia Maffei prosseguiu para a apresentação da outra proposta de deliberação dos indicadores estratégicos vinculados a COSOC, a saber: excluir o **IE 25 - Taxa de alcance das notícias institucionais internas.**

Vivian Reis informou que o **IE 25** é acompanhado pela SECJOR, que é a unidade responsável pela elaboração e publicação de notas. A servidora pontuou que foram identificadas três questões referentes ao indicador, a saber:

- O indicador é voltado para notícias institucionais internas e está vinculado a um objetivo estratégico direcionado para o público externo.
- A forma como é percebido internamente o canal de comunicação de notícias institucionais. Tendo em vista que a leitura de notas não é compulsória, diferente do Aviso, o número de acessos variam muito e o interesse do público nem sempre segue uma lógica. Vivian exemplificou alguns casos práticos, tais como: a) temas que costumam gerar muito interesse, por exemplo, hora-extra de eleições; b) notas que são classificadas como importantes, mas acabam tendo pouco acesso; c) notas que inesperadamente possuem muito acesso, como a assinatura de um determinado convênio. Embora seja possível mapear os assuntos que geram mais interesse, não se pode seguir só essa lógica.
- O indicador é muito mais operacional do que estratégico, e continuará sendo medido internamente na COSOC, mas não se trata de um indicador estratégico.

A diretora-geral, Eline, acrescentou que, muitas vezes, a notícia chega ao público, atinge seu objetivo, porém o servidor não necessariamente “clica” na nota. Enfatizou que concorda que, de fato, não seria um indicador estratégico.

A assessora da ASPLEL, Patrícia Ferraro, questionou se a unidade conseguia elaborar algum plano de ação para o indicador. A representante da COSOC, Vivian Reis, respondeu que, inclusive, essa é uma grande dificuldade, pois, tendo em vista os fatos já expostos, não há como estabelecer um plano de ação para alavancar o **IE 25** e que, assim, seria outro motivo para não manter o indicador em nível estratégico.

Soraya Previtali, assessora administrativa da DG, argumentou que muitas vezes a nota reflete mais o interesse pessoal de quem quer veicular a informação do que do público em geral. O Coordenador da COSOC, Stefano Sales, destacou que esse é um ponto importante, porque é muito natural que as unidades, na intenção de divulgar e promover suas ações, apresentem uma proposta já determinada, que geralmente envolve a publicação de uma nota. Complementou

que o tribunal levou muito tempo para estabelecer a cultura para ampliar essa comunicação e a COSOC quer preservar e aperfeiçoar essa ação. Porém, ponderou que a Coordenadoria tem conversado com as áreas e explicado que nem sempre a nota é o melhor caminho, havendo outras formas que podem gerar um maior impacto em termos de comunicação. Assim, o coordenador pontuou que o ideal é antes de tudo avaliar o que a unidade deseja anunciar, e, a partir daí, a comunicação irá desenhar em conjunto com a área qual seria a melhor estratégia de divulgação.

A diretora-geral, Eline, destacou que a questão da nota vai além do desejo de divulgação do trabalho da área, sendo ainda uma referência para que se saiba o que está acontecendo, pois um grande problema do tribunal é a falta de comunicação. Reforçou que, considerando que a nota tem alcance apenas interno, de fato o indicador não tem cunho estratégico. Quanto à avaliação do que deve ou não ser publicado, pontuou que muitas vezes passa por uma avaliação institucional ou/e de autoridade. A diretora-geral citou o exemplo da divulgação de uma nota para doação de sangue de um servidor. Mesmo que não se tenha o hábito de publicar nota de doação, tem que ser considerada e avaliada a melhor forma de comunicação, pois isso gera engajamento e o servidor se sente reconhecido e acolhido, além de informar os outros servidores o que está acontecendo.

Renata Geronimi, Secretária da Secretaria de Gestão de Pessoas, adiantou que a comunicação interna foi a questão mais citada na pesquisa de clima organizacional.

A diretora-geral, Eline, concluiu que a nota continua sendo um grande instrumento de comunicação interna mas que, pelos motivos já apresentados acima, não seria um indicador estratégico.

O CGE aprovou a exclusão do **IE 25**.

Deliberações aprovadas pelo CGE

3. Excluir o IE 22 - Taxa de repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal.

Justificativas:

a) após um ano decorrido, percebe-se que para aferir a repercussão positiva de pautas e campanhas de iniciativa do Tribunal, que incluem mídias *online* e *offline*, são necessárias ferramentas que ultrapassem os limites de releases enviados à Imprensa e esforço de relações públicas com o intuito de promover a iniciativa ou campanha do Tribunal.

b) o que se desejava alcançar com o IE 22 já vem sendo avaliado, em parte, pelo **IE 21** - Taxa de inserções positivas na imprensa, gerando dupla medição.

Obs.: A solicitação está formalizada no Processo SEI nº 2023.0.000004429-3.

4. Excluir o IE 25 - Taxa de alcance das notícias institucionais internas.

Justificativas:

a) os dados do indicador são interessantes em termos operacionais, mas não são estratégicos, uma vez que as notas jornalísticas, pela sua própria natureza, não têm o caráter obrigatório como os avisos possuem.

b) Os assuntos mais acessados variam bastante e a grande maioria das notas publicadas são originárias de determinação da Administração, por meio do SEI, do planejamento das eleições, e demais planos de divulgação dos projetos.

c) Considerando que a descrição do objetivo estratégico é “refere-se à promoção da interlocução entre o público externo e o TRE-RJ e à atuação transparente na disseminação do conhecimento eleitoral e no acesso a informações sobre a instituição e suas ações...”, vincular a medição de um indicador exclusivamente voltado para o público interno ao OE 07 não parece ser pertinente.

Obs.: A solicitação está formalizada no Processo SEI nº 2023.0.000004429-3.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À DG

Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário	CPLAN	124,41%	94,00%	132,35%	Ótimo
IE 09 - Taxa de aperfeiçoamento dos processos eleitorais	ASPLEL	8,00%	6,70%	119,4%	Ótimo
IE 10 - Taxa de aderência dos planos de ação e projetos	ASPIEI		35%		Suspensão

resultantes das avaliações das eleições	ASPLEL		33%		Suspensos
IE 11 - Taxa de aderência ao PIE	ASPLEL				Suspensos
IE 26 - Índice de aprimoramento da governança institucional	CPLAN	64,20%	67,20%	95,54%	Satisfatório
IE 27 - Taxa de Maturidade da Execução da Estratégia	CPLAN	27,22%	15,00%	181,48%	Ótimo
IE 28 - Taxa de processos críticos com riscos geridos	ASGERI		3%		Não realizado
IE 29 - Taxa de aprimoramento da gestão de riscos e controles internos	ASGEIR	32,50%	35,00%	92,86%	Ótimo

Leticia Maffei apresentou o quadro de indicadores estratégicos vinculados à DG, destacando que os **IEs 10 e 11** foram suspensos, conforme deliberações aprovadas na última RAE.

A diretora-geral, Eline, ressaltou que esses dois indicadores (**IEs 10 e 11**) foram suspensos por uma questão de calendário, pois não valia a pena medir, considerando o cronograma de avaliações das eleições, bem como, da construção do PIE. Desse modo, eles estão suspensos, mas irão voltar a ser medidos oportunamente, acrescentando que o tema foi tratado na última Reunião de Análise da Estratégia.

Quanto ao **IE 28**, que aparece com com status não realizado, Eline esclareceu que se trata de uma questão relacionada à taxa de processos críticos com riscos geridos, sendo que o que está impedindo a medição do indicador é justamente a definição de quais seriam os processos críticos. Após, a diretora-geral passou a palavra à Tatiana Kagohara, titular da ASGERI, que explicou que está sendo avaliada uma nova estratégia para implantar a gestão de riscos, que não esteja só atrelada à questão dos processos críticos.

Robson Sobrinho comentou sobre o **IE 26**, que apesar de apresentar o desempenho de 95,54%, aparece em amarelo, na faixa do satisfatório. Pontuou que existem pouquíssimos indicadores do Plano Estratégico que possuem uma atribuição de limite diferenciado do padrão, pois pretende-se que atinjam uma evolução constante, como é o caso do **IE 26**, que tem como base um questionário do TCU. Assim, exemplificou que hipoteticamente, caso um indicador seja calculado com base na pontuação de 10 perguntas afirmativas de um total de 20,

a ideia é que a gente consiga responder afirmativa a 11^a, a 12^a; e, assim por diante. Robson explicou que o último resultado no questionário do TCU relacionado ao **IE 26** foi de 64,20. Assim, levando em consideração a meta de 67,20, o desempenho do indicador foi de 95,54%, o que enquadraria naturalmente o **IE 26** na faixa “ótimo” (cor verde). No entanto, tendo em vista que não houve progresso em relação à última medição, o indicador foi classificado na faixa “satisfatório”, para que um resultado estacionado não apareça como “ótimo”, pois a ideia é que haja sempre evolução.

Claudeci, da SEDEST, complementou que, em regra, neste Plano, quando um indicador atinge 80% de desempenho, é classificado na faixa de status “ótimo” (cor verde). Assim, se o **IE 26** seguisse essa regra, mesmo que o resultado do indicador diminuísse (isso só ocorreria se mudasse o questionário), ainda poderia ficar na faixa “ótimo”. Logo, para que isso não ocorra, o indicador é enquadrado numa faixa diferenciada, levando em conta o último resultado alcançado e se houve evolução.

Letícia Maffei seguiu para a apresentação da proposta de deliberação que foi levantada durante a última RAC da DG, qual seja, a mudança de periodicidade do **IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário** de semestral para trimestral. O indicador representa a média do cumprimento de cada meta estipulada anualmente pelo CNJ. A servidora explicou que o resultado apresentado no 1º trimestre de 2023 está relacionado ainda ao ano de 2022, pois atualmente o indicador possui periodicidade semestral. Enfatizou que o assunto foi debatido na RAC da DG e chegou-se à conclusão que, pela relevância da temática e também por ser o único indicador vinculado ao **OE 01 - Garantir os direitos da cidadania**, se o resultado é analisado apenas uma vez a cada semestre, é perdida a oportunidade de acompanhar melhor o resultado e adotar alguma providência, caso necessário.

A diretora-geral, Eline, destacou que, na prática, esse acompanhamento trimestral já é realizado dentro de outras instâncias no tribunal, por exemplo, no Prêmio CNJ de Qualidade, na gestão do acervo processual de 1º e 2º grau e no selo de eficiência promovido pela Corregedoria. Concluiu que essa temática conversa com muitas outras iniciativas do tribunal, então, de fato, a periodicidade da medição está descolada com o que já está sendo feito na prática.

O CGE aprovou a deliberação.

Deliberação aprovada pelo CGE

5. Alterar a periodicidade do IE 01 - Taxa de cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário de semestral para trimestral.

Justificativa: Aumentar a frequência de acompanhamento do desempenho do TRE-RJ nas metas nacionais no âmbito estratégico, considerando a importância da temática, além do fato de o **IE 01** ser o único indicador vinculado ao **OE 01**.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À PRESIDÊNCIA

Nome	Respon- sável	Resul- tado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 02 - Taxa de satisfação do cliente externo do tribunal regional eleitoral do rio de janeiro	Ouvidoria		50,00%		Suspenso
IE 03 - Taxa de satisfação do público externo com os canais de comunicação	Ouvidoria	92,28%	85,00%	108,57%	Ótimo
IE 04 - Taxa de Atendimento no Prazo das Demandas Recebidas da Ouvidoria	Ouvidoria	96,74%	95,00%	101,83%	Ótimo
IE 05 - Índice da Transparência	ASESPR	94,87%	98,45%	96,36%	Satisfatório
IE 18 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau	ASJUPR				Não realizado
IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação	ASINFO				Não realizado
IE 57 - Taxa de unidades com condições adequadas de segurança	ASEGUR	75,54%	79,78%	94,69%	Ótimo

Letícia prosseguiu para a apresentação dos resultados dos indicadores estratégicos vinculados

à Presidência.

A servidora iniciou atualizando as informações sobre o **IE 18 -Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 2º Grau**, que está vinculado ao **OE 05 - Combater os Ilícitos Eleitorais**, o qual encontra-se sem medição. A servidora pontuou que foi observada no processo SEI (relacionado ao **IE 18**) a conclusão do chamado aberto para formular o painel que irá viabilizar a medição do indicador. Claudéci explicou que será realizada uma reunião com a presidência para explicar como ficará o cálculo da mediana (em relação ao tempo de tramitação razoável), pontuando que talvez seja necessário reavaliar algumas variáveis que ficaram com um baixo número de processos. Assim, sanada essa questão, será possível medir o indicador.

Ismael Cristóvão, da Assessoria Jurídica da Secretaria Geral da Presidência, explicou que o PJE não é um sistema que fornece um relatório de tramitação que consiga enxergar, por exemplo, quando um processo fica parado meses no MP (Ministério Público) mas, ainda assim, fica registrado como se estivesse no tribunal. Além disso, pontuou que há uma situação específica, que são os processos de contas, que já estão sendo trabalhados nos gabinetes e na própria ASCEPA, destacando que há algumas questões adicionais que envolvem os próprios magistrados.

Robson Sobrinho teceu esclarecimentos sobre o **IE 05 - Índice da Transparência**, informando que se trata de caso similar ao **IE 26**, ou seja, foi atribuída uma faixa diferenciada de status para o indicador. Assim, mesmo com desempenho de 94%, o **IE 05** foi classificado na faixa com status “satisfatório” (amarelo). Explicou que, nesse caso, a medição é um questionário do CNJ, referente ao ranking da transparência, no qual o TRE-RJ atingiu em 2022 um percentual de 94,87%. Sendo assim, a expectativa é que haja uma evolução do resultado do tribunal.

Leticia Maffei esclareceu sobre o **IE 38 - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação**, pontuando que ele também depende da definição dos processos críticos, como já foi comentado no momento da análise dos indicadores vinculados à DG.

Não houve proposta de deliberação relacionada aos indicadores estratégicos vinculados à Presidência.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À VPCRE

	Respon-	Resul-		Percentual	Situação
--	---------	--------	--	------------	----------

Nome	sável	tado	Meta	de alcance da meta	Desempe- nho
IE 06 - Taxa de requerimentos de alistamento eleitoral por meio digital	CSORI	47,48%	91,00%	52,18%	Satisfatório
IE 07 - Taxa de zonas eleitorais com padrão mínimo de eficiência	SVPCRE	83,64%	60,00%	139,39%	Ótimo
IE 08 - Taxa de mesários voluntários	SEPLAT	72,57%	50,00%	145,14%	Ótimo
IE 13 - Taxa de atendimento à demanda – 1º grau	SVPCRE	193,96%	100,00%	193,96%	Ótimo
IE 15 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais – 1º grau	SVPCRE	60,12%	33,00%	17,83%	Insatisfatório
IE 17 - Taxa de julgamento no tempo médio razoável - 1º Grau	SVPCRE		1,00%		Não realizado

Com relação à exposição do resultado dos indicadores estratégicos vinculados à VPCRE, Lisia Alves, representante da unidade, teceu os seguintes comentários:

- **IE 15:** a polaridade do indicador é do tipo “quanto menor, melhor”. Assim, embora tenha apresentado desempenho classificado como insatisfatório, a meta de 33% foi considerada como bem avançada para o período. O resultado reflete os processos que entraram no final de 2022, mas que não conseguiram ser julgados neste 1º trimestre. Um indicativo que diminui a preocupação da área é o fato de o 1º grau estar com uma ótima performance na Meta Nacional 1. Logo, a expectativa é que haja avanço ao longo do ano e a meta do indicador seja alcançada.
- **IE 06:** o indicador decorre um pouco da mudança de realidade, pois o início da sua medição foi baseada em um diferente contexto: os atendimentos estavam sendo realizados preponderantemente por meio digital. Atualmente, as pessoas estão comparecendo mais no cartório eleitoral e utilizando o atendimento presencial. Nesse sentido, é importante analisar o que pode ser feito, em termos de estratégia, para estimular o atendimento digital.
- **IE 17:** trata-se da mesma questão do **IE 18**, pois também utilizará a ferramenta que está

sendo construída para viabilizar a medição da taxa de julgamento no tempo médio razoável do 2º Grau.

Não houve proposta de deliberação relacionada aos indicadores estratégicos vinculados à VPCRE.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SJD

Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 14 - Taxa de atendimento à demanda – 2º grau	SJD	156,67%	100,00%	156,67%	Ótimo
IE 16 - Taxa de congestionamento líquida de feitos judiciais - 2º grau	SJD	94,82%	90,40%	95,11%	Satisfatório

Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à SJD.

Não houve proposta de deliberação relacionada aos indicadores estratégicos vinculados à SJD.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SSG

Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 56 - Taxa de unidades com infraestrutura adequada	COENG	17,39%	11,80%	147,38%	Ótimo

Letícia pontuou que o único indicador estratégico vinculado à SSG possui periodicidade de medição semestral.

Em seguida, apresentou a proposta de deliberação encaminhada pela própria secretaria, tecendo algumas mudanças no campo “observações” da ficha técnica do **IE 56 - Taxa de unidades com infraestrutura adequada**. Letícia Maffei explicou que, atualmente, o indicador possui 3 perspectivas (critérios): acessibilidade, sustentabilidade e instalações compatíveis com o trabalho prestado. A servidora pontuou que, resumidamente, a proposta da unidade seria:

- O indicador passaria a possuir apenas duas perspectivas, a saber: acessibilidade e instalações compatíveis com o trabalho prestado.
- A perspectiva de sustentabilidade passaria a pontuar dentro do tópico que atualmente é a terceira perspectiva: instalações compatíveis com o trabalho prestado.
- Atualização do número de polos permanentes de 9 para os 18.

Diego Ferreira Guedes, assistente de planejamento da SSG, reforçou que o item de sustentabilidade, que atualmente é um critério separado, passaria a ser um requisito do item de instalações compatíveis.

Claudeci ressaltou que, quando se amplia o denominador com manutenção da meta, isso representa na prática um aumento da meta.

Letícia mostrou nos slides da apresentação da reunião de que forma os itens (especificados abaixo) que integravam o critério de sustentabilidade foram incluídos no quesito de instalações compatíveis com o trabalho prestado:

- Mínimo de 60% do total de lâmpada sem LED (4 pontos);
- Torneiras com acionamento por pressão e temporizador (3 pontos);
- Descargas sanitárias com duplo acionamento de 3 e 6 litros (3 pontos).

Diego esclareceu que o requisito de sustentabilidade está quase 100% atendido, com exceção de poucos imóveis devido às próprias características do local, como por exemplo, um terceiro andar ou ainda um banheiro pouco usado, em que as torneiras ainda não foram trocadas.

Acrescentou que há um trabalho contínuo de manutenção que envolve aquisição e troca de lâmpadas led e torneiras com acionamento por pressão e temporizador e descargas sanitárias com duplo acionamento.

Diego enfatizou que o grande desafio do **IE 56** é o item de acessibilidade. O servidor informou que está sendo analisado juntamente com a SEDEST a pertinência da criação de um indicador exclusivo para “acessibilidade”, pois é um item que impacta negativamente o **IE 56**.

Exemplificou que aparentemente um pequeno avanço de 2% no resultado do indicador, significa na prática a adequação de aproximadamente mais 4 imóveis a todos os quesitos de acessibilidade, o que pode incluir instalação de uma rampa e/ou um elevador, a adaptação de banheiros, etc. O servidor ressaltou que, como se tratam de obras que levam um tempo maior para serem executadas, muitas vezes a melhor saída é a mudança de local do cartório eleitoral. A diretora-geral, Eline, pontuou que o Tribunal está fazendo a ocupação imobiliária dentro do Plano Estratégico com um olhar macro e considerou positiva a criação de um índice de

acessibilidade. Diego complementou informando que em torno de 30% dos imóveis não têm condições de se tornarem acessíveis. Diante disso, o resultado máximo do **IE 56** que se poderia atingir seria 70%; e, não, 100%.

O CGE aprovou a deliberação.

O titular da Secretaria de Auditoria Interna da Presidência, Carlos Eduardo de Queiroz Pereira, informou que teve início uma auditoria de forma simultânea no âmbito da justiça eleitoral, cujo objeto é a gestão patrimonial, móveis e imóveis permanentes, tendo como foco os cartórios eleitorais. Destacou que foi realizada inclusive uma amostra para ser visitada e coletar informações. Tendo em vista que há uma série de critérios de adequação e acessibilidade, ele considera que essa auditoria irá contribuir com informações que podem somar nesse processo. A diretora-geral destacou que vários segmentos estão olhando para essa questão, tais como, a auditoria integrada, a estratégia e a secretaria.

Diego Ferreira informou que o diagnóstico dos imóveis está em fase final. O servidor destacou que a secretaria irá criar uma RAD (Rotina Administrativa) sobre como fazer o diagnóstico das instalações físicas para que entre na rotina da unidade. O assistente de planejamento ressaltou que os pontos levantados pela auditoria interna irão agregar e contribuir muito com o processo de aperfeiçoamento do controle.

Deliberação aprovada pelo CGE

6. Aprovar a alteração do IE 56 - Taxa de unidades com infraestrutura adequada.

Justificativa: Com a substituição dos IAs 70, 71, 74 e 75 (do Plano Estratégico anterior) pelo IE 56, algumas informações referentes às observações do desempenho deste indicador ficaram defasadas. Desta forma, a Secretaria realizou a revisão das observações de modo a corrigir essa defasagem.

Obs.:

- As fichas técnicas do **IE 56** e **IE 56A** estão no ANEXO III do Relatório de Avaliação do Desempenho da Estratégia - 1º Trimestre 2023.
- A solicitação de alteração do indicador está documentada no Processo SEI nº 2022.0.000050986-9.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À STI

Nome	Respon- sável	Resul- tado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempe- nho
IE 12 - Taxa de eleitores, com cadastro biométrico, habilitados a votar pela biometria	COSEL	88,46%	87,00%	101,68%	Ótimo
IE 50 - Taxa de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	COINF	99,67%	95,00%	104,37%	Ótimo
IE 51 - Índice de governança de TIC	STI	78,65%	65,00%	121%	Ótimo
IE 52 - Taxa de satisfação dos usuários de TIC	STI	95,24%	70,00%	136,05%	Ótimo
IE 53 - Taxa de adequação dos equipamentos aos padrões	COLOG	81,64%	95,00%	85,94%	Ótimo
IE 54 - Taxa de entrega de soluções de TI	CSCOR	88,89%	50,00%	177,78%	Ótimo
IE 55 - Taxa de atendimento ao Plano de Transformação Digital	STI	85,71%	75,00%	114,28%	Ótimo
<p>Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à STI.</p> <p>Não houve proposta de deliberação relacionada aos indicadores estratégicos vinculados à STI.</p>					

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SOF

Nome	Respon- sável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
-------------	--------------------------	------------------	-------------	--	--------------------------------

IE 46 - Taxa da Execução Planejada de Orçamento de Despesas Discricionárias	SEORÇA	57,06%	60,00%	95,1%	Ótimo
IE 47 - Taxa de execução do orçamento de despesas discricionárias	SEORÇA	57,34%	65,00%	95,56%	Ótimo
IE 49 - Taxa de pagamento de empenho	SEPROG	16,67%	10,00%	166,67%	Ótimo
<p>Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à SOF.</p> <p>Não houve proposta de deliberação relacionada aos indicadores estratégicos vinculados à SOF.</p>					

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À SAU					
Nome	Respon-sável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 30 - Taxa de auditorias que alcançaram o padrão mínimo de qualidade	SAU	100,00%	60,00%	166,67%	Ótimo
IE 31 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna destinadas ao aprimoramento da gestão de controles internos	SAU	53,97%	40,00%	134,92%	Ótimo
IE 32 - Taxa de implementação das recomendações da auditoria interna	SAU	61,54%	50,00%	123,08%	Ótimo
<p>Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à SAU. Letícia destacou que todos os indicadores possuem periodicidade anual e estão na faixa de status classificada como “ótimo”.</p>					

O secretário da SAU, Carlos Eduardo de Queiroz Pereira, informou que, embora os indicadores tenham periodicidade anual, são monitorados com frequência na unidade.

Carlos compartilhou a informação sobre a participação da secretaria no **Fórum Permanente de Auditoria Interna do Poder Judiciário - Edição 2023**, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Destacou que a SAU do TRE-RJ foi convidada para apresentar uma palestra sobre ganhos de eficiência pela inovação. Relatou que um dos pontos apresentados foi a mudança de rito de monitoramento que tem sido feito pela secretaria, por meio de planos de ação, e que têm otimizado muito a implementação das recomendações. Assim, Carlos explicou que o monitoramento era feito da seguinte forma: após o término de uma auditoria, expediam-se recomendações e, por vezes, anos depois começava a ser feito o monitoramento. Na nova sistemática de trabalho, agora esse monitoramento é uma fase imediata ao final da auditoria, onde é acordado um plano de ação consolidado no âmbito da Diretoria-Geral, no qual são estabelecidos prazos razoáveis para a implementação integral das recomendações, além de *reports* periódicos. Por fim, Carlos ressaltou que a nova metodologia adotada gerou um interesse enorme de outros tribunais, pois é um problema comum a todos.

Não houve proposta de deliberação relacionada aos indicadores estratégicos vinculados à SAU.

INDICADORES ESTRATÉGICOS VINCULADOS À EJE

Nome	Responsável	Resultado	Meta	Percentual de alcance da meta	Situação Desempenho
IE 19 - Taxa de estudantes atendidos em ações socioeducativas	EJE	450,42%	450,00%	100,09%	Ótimo
IE 20 - Taxa de atendimento a demanda de ações socioeducativas	EJE	230,77%	87,00%	265,25%	Ótimo

Foi apresentado o quadro com os resultados dos indicadores vinculados à EJE.

Letícia destacou que, como a periodicidade de medição de todos os indicadores vinculados à EJE é semestral, os resultados apresentados são os mesmos da RAE anterior, que teve como

referência o ano de 2022.

Não houve proposta de deliberação relacionada aos indicadores estratégicos vinculados à EJE.

O titular da CPLAN, Robson Sobrinho, destacou o avanço maturidade da instituição, pois cada vez mais as unidades estão se apropriando dos seus indicadores, trazendo propostas de melhoria, independentemente de desempenhos bons ou ruins. Parabenizou a todas e todos gestores, assistentes de planejamento e unidades pelo trabalho realizado.

A diretora-geral parabenizou a Coordenadoria de Planejamento Estratégico pelo trabalho, inclusive o desenvolvido na RAE, e a todas e todos pelo engajamento, pela apropriação das metas, por realizar críticas sobre suas metas, fundamentar e tentar melhorar o trabalho.

Por fim, Eline informou que, em abril, houve em Recife o encontro das unidades de planejamento dos tribunais eleitorais, um evento importante que compartilha boas experiências. Anunciou que o próximo encontro está previsto para ser realizado nos dias 15 e 16 de setembro e ocorrerá no Rio de Janeiro. Ressaltou que o tribunal conta com a ajuda e participação dos assistentes de planejamento na organização do evento, enfatizando também a importância da participação de todos, pois o planejamento está presente em todo o tribunal.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

[1] Sigla para a expressão em inglês *Objectives and Key Results* (objetivos e resultados-chave).

[2] No dia 20 de julho, o CNJ publicou o [Glossário de Metas Nacionais](#), com as informações e regras da Meta 1.

[3] O art. 13 da Resolução CNJ nº 325/2020 estabelece que: "A Meta Nacional 1 – Julgar mais processos que os distribuídos – e a Meta Nacional 2 – Julgar processos mais antigos –, que visam, respectivamente, à prevenção de formação de estoque e à redução de passivo processual, comporão obrigatoriamente o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021 - 2026".

[4] Meta Nacional 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

[5] Seguem os dados extraídos do sistema Atena no dia 21 de julho referentes ao resultado da meta 4 no 1º trimestre do ano: Eleições 2020 - 30,22%; Eleições 2022: 41,67%.

[6] **IE 35** - Taxa de ativos de informação avaliados quanto à existência de dados pessoais - LGPD e **IE 38** - Índice de serviços críticos com gestão de risco de segurança da informação.

[7] Secretarias (SAD, SGP, SAU, STI, SSG, SJD e SOF), COSOC, EJE, Presidência, VPCRE e DG.

[8] O período de lançamento (no sistema GERIR) dos dados do **IE 40** ocorre no mês de janeiro, tendo como referência o resultado do ano anterior.

[9] O tema escolhido no 2º semestre de 2022 foi a desinformação.

Rio de Janeiro, 09 de agosto de 2023

ROBSON ALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO
COORDENADOR(A) DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Documento assinado eletronicamente em 10/08/2023, às 14:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ALEXANDER MORAES ROCHA
SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 10/08/2023, às 14:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

VIVIAN MARIA NOGUEIRA BACELAR
CHEFE DA OUVIDORIA ELEITORAL



Documento assinado eletronicamente em 10/08/2023, às 16:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ANDERSON LUIS OHLAND
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V



Documento assinado eletronicamente em 10/08/2023, às 16:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

SUZANA MARTINS RAMOS PINTO
ASSISTENTE V



Documento assinado eletronicamente em 10/08/2023, às 16:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

LUCIANA DE ANDRADE LIMA HAZIN LAMEGO
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 10/08/2023, às 16:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RITA DE CASSIA DE SOUZA BRITO

CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS ESTRATÉGICOS



Documento assinado eletronicamente em 10/08/2023, às 17:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

TATIANA DE FREITAS KAGOHARA

ASSESSOR(A) DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO



Documento assinado eletronicamente em 10/08/2023, às 17:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

ISABELLE MELLO DE SOUZA

ASSISTENTE DA OUVIDORIA ELEITORAL



Documento assinado eletronicamente em 10/08/2023, às 18:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

CARLOS EDUARDO DE QUEIROZ PEREIRA

SECRETÁRIO(A) DE AUDITORIA INTERNA



Documento assinado eletronicamente em 10/08/2023, às 19:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

LISIA ALVES BAGANHA

SECRETÁRIO(A) DA VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA



Documento assinado eletronicamente em 13/08/2023, às 20:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

RITA DE CASSIA DE CARVALHO E SILVA MARQUES DE ABREU

ASSESSOR I



Documento assinado eletronicamente em 14/08/2023, às 11:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

CLAUDECI ELIAS SIQUEIRA DE OLIVEIRA

CHEFE DA SEÇÃO DE INTELIGÊNCIA DE DADOS ESTRATÉGICOS



Documento assinado eletronicamente em 14/08/2023, às 11:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

RENATA MOTTA GERONIMI

SECRETÁRIO(A) DE GESTÃO DE PESSOAS



Documento assinado eletronicamente em 14/08/2023, às 12:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

ELINE IRIS RABELLO GARCIA DA SILVA

DIRETOR(A)-GERAL



Documento assinado eletronicamente em 14/08/2023, às 12:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da

[Lei 11.419/2006.](#)

RODRIGO DA ROCHA CAMARGOS
SECRETÁRIO(A) DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



Documento assinado eletronicamente em 14/08/2023, às 17:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ISMAEL CRISTOVAO MOREIRA CESAR DE MOURA
ASSESSOR JURÍDICO



Documento assinado eletronicamente em 14/08/2023, às 17:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MICHEL MARCHETTI KOVACS
SECRETÁRIO(A) DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 14/08/2023, às 18:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MILENE GONCALVES CATER
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V



Documento assinado eletronicamente em 15/08/2023, às 16:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

LARISSA DE MATOS BIAJOLI
CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS



Documento assinado eletronicamente em 17/08/2023, às 14:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RENATA ARAUJO SODRE DA SILVA
ASSISTENTE I



Documento assinado eletronicamente em 17/08/2023, às 14:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

PAULA BASS LESSA
SECRETÁRIO(A) JUDICIÁRIA EM SUBSTITUIÇÃO



Documento assinado eletronicamente em 22/08/2023, às 18:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

PATRICIA FERRARO DE AVELLAR COUTINHO
ASSESSOR(A) DE PLANEJAMENTO DE ELEIÇÕES



Documento assinado eletronicamente em 25/08/2023, às 16:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

LETICIA MAFFEI BURGOS FEITOSA
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA



Documento assinado eletronicamente em 25/08/2023, às 18:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ALYNE COSTA ROCHA NUNES PINTO

ASSISTENTE I



Documento assinado eletronicamente em 28/08/2023, às 16:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

VIVIAN DE SA REIS

ASSISTENTE III DA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



Documento assinado eletronicamente em 28/08/2023, às 16:32, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

HUGO GONZALEZ DOS SANTOS

SECRETÁRIO(A) DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS



Documento assinado eletronicamente em 29/08/2023, às 17:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

DIEGO FERREIRA GUEDES

ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V



Documento assinado eletronicamente em 06/09/2023, às 10:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

JULIANA PEDROSA CHAHON KELMANSON

ASSESSOR(A) TÉCNICO(A)



Documento assinado eletronicamente em 09/11/2023, às 11:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ABELARDO VILELA DE ASSIS

ASSISTENTE I



Documento assinado eletronicamente em 09/11/2023, às 11:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

STEFANO SALES TEIXEIRA

COORDENADOR(A) DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



Documento assinado eletronicamente em 09/11/2023, às 13:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

SORAYA PREVITALI MORISSON

ASSESSOR(A) ADMINISTRATIVO(A) DA DIRETORIA GERAL



Documento assinado eletronicamente em 10/11/2023, às 13:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ANDRE LUIZ TRINDADE ROCHA

ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V



Documento assinado eletronicamente em 10/11/2023, às 13:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

NATASHA CAETE FERREIRA
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente em 21/11/2023, às 17:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ALINE CORREIA FERNANDES
OFICIAL DE GABINETE



Documento assinado eletronicamente em 22/11/2023, às 13:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3274983** e o código CRC **D89DDF94**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.
